



DOCUMENTO DE POSIÇÃO

CONTABILIDADE DO CAPITAL NATURAL: DESBLOQUEAR RECURSOS NACIONAIS E REFORÇAR A RESILIÊNCIA ORÇAMENTAL

Março de 2026

Enquadramento do Problema

África é rica em recursos naturais, mas ainda retira muito pouco valor fiscal a longo prazo desses recursos. Os minerais, as florestas, a terra, os sistemas hídricos, a biodiversidade e outros ativos ecossistémicos sustentam os meios de subsistência, as exportações, as oportunidades de transição energética e a resiliência futura. No entanto, estes ativos continuam a ser mal avaliados nos sistemas fiscais, mal integrados nas contas públicas e, com demasiada frequência, geridos através de contratos opacos, dados fragmentados e modelos de exploração a curto prazo.

Este é o problema político central: os países não conseguem gerir aquilo que não medem sistematicamente. Quando o capital natural é invisível no planeamento fiscal e nos relatórios públicos, os governos tendem a subestimar os riscos, a recolher receitas insuficientes, a ignorar a degradação ambiental e a perder a oportunidade de converter a riqueza natural finita em valor público duradouro.

Contexto e Impacto

A apresentação da Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas (EITI) na Conferência da AAAG de 2025 destacou o «paradoxo africano»: um continente com uma grande quota das reservas minerais globais que capta apenas uma parte limitada da cadeia de valor e, em muitos contextos, menos do que o potencial de receitas implícito na sua base de recursos. Sublinhou também os obstáculos práticos com que se deparam os gestores fiscais — volatilidade das receitas, lacunas de governação e fluxos financeiros ilícitos — e demonstrou como a divulgação de informações sobre o setor extrativo pode reforçar as previsões, a cobrança de receitas, o planeamento do desenvolvimento e o acompanhamento das auditorias.

As melhores práticas globais proporcionam agora uma base metodológica mais sólida para esta agenda. O Sistema de Contabilidade Ambiental-Económica das Nações Unidas é a norma internacional para a contabilização do capital natural, enquanto o programa «Changing Wealth of Nations» do Banco Mundial reforçou a importância de medir a riqueza para além do PIB. A Norma EITI de 2023 reforça ainda mais as expectativas em torno dos contratos, da titularidade efetiva, da divulgação sistemática e dos relatórios financeiros públicos no setor extrativo.

O impacto político é substancial. A contabilidade do capital natural pode melhorar a mobilização de recursos internos, reforçar a análise de risco fiscal, apoiar a conceção de fundos soberanos e de estabilização, permitir um melhor planeamento intergeracional e posicionar os governos africanos para se envolverem de forma mais credível com o financiamento sustentável, o financiamento climático e os quadros de investimento responsável.

Soluções políticas

Ao promover uma agenda política continental mais forte em matéria de gestão da riqueza pública, a AAAG está a reposicionar-se para defender estas intervenções como parte do seu papel de liderança intelectual e de defesa de causas, com o objetivo de ajudar os países membros a integrar de forma mais sistemática o capital natural, as receitas do setor extrativo e a gestão intergeracional dos recursos na política fiscal, na gestão das finanças públicas e na tomada de decisões de desenvolvimento a longo prazo. A prioridade a este respeito implicará um impulso para que África:

- 1) Adotar a contabilidade do capital natural como parte da arquitetura fiscal. Os governos devem integrar progressivamente as contas de capital natural baseadas no Sistema de Contabilidade Ambiental-Económica (SEEA) nas estatísticas nacionais, na análise fiscal, no planeamento do desenvolvimento e nos relatórios financeiros públicos. Isto deve incluir contas de existências físicas, avaliação monetária quando metodologicamente adequado e atualização regular das principais contas de recursos naturais.

- 2) Reforçar a cadeia de receitas do setor extrativo, desde a previsão até à auditoria. Os países ricos em recursos devem associar os dados relativos a contratos e produção às previsões de receitas, à monitorização da cobrança, aos quadros de desenvolvimento e aos processos de auditoria. As receitas verificadas do setor extrativo devem ser integradas de forma transparente nos quadros de despesas a médio prazo e nas decisões mais amplas de política orçamental.
- 3) Melhorar a transparência em matéria de contratos, propriedade e receitas. Os países devem alinhar-se mais estreitamente com os princípios da EITI, ampliando a divulgação de informações sobre contratos, licenças, titularidade efetiva, produção, pagamentos de receitas, transferências subnacionais e obrigações sociais e ambientais. Uma melhor divulgação reduz a discricionariedade, ajuda a identificar fugas de receitas e reforça a quota-parte justa do governo.
- 4) Utilizar os mecanismos de estabilização e os fundos soberanos de forma mais estratégica. As receitas provenientes dos recursos naturais devem ser apoiadas por regras orçamentais claras, fundos de estabilização e, sempre que viável, fundos soberanos que ajudem a suavizar os ciclos das matérias-primas e a converter a riqueza natural finita em ativos financeiros e produtivos duradouros.
- 5) Reforçar a capacidade de governação intersetorial. Os ministérios das Finanças, do Ambiente, das Minas, do Planeamento, das Estatísticas e as instituições superiores de auditoria necessitam de normas comuns em matéria de dados, mecanismos de coordenação e competências técnicas, para que a informação sobre o capital natural possa servir de base à elaboração do orçamento, à gestão dos riscos de desastres (DRM), à estratégia climática e ao planeamento a longo prazo.

Conclusão

A contabilidade do capital natural oferece à África um caminho da extração para a gestão responsável. Ajuda os governos a encarar a riqueza natural não apenas como uma fonte de receitas anuais, mas como uma base de ativos estratégicos que deve ser medida, gerida, protegida e convertida em valor público duradouro. Para a AAAG, esta é uma oportunidade para alargar a agenda das finanças públicas para além dos fluxos fiscais convencionais e posicionar os Gabinetes dos Contabilistas Gerais como atores essenciais na ligação entre a governação dos recursos, a integridade das receitas e a resiliência fiscal a longo prazo.

Apelo à ação

Os países africanos devem avançar de forma decisiva para integrar a contabilidade do capital natural, a transparência ao estilo da EITI e o planeamento fiscal, de modo a que a riqueza dos recursos naturais se traduza em receitas mais sólidas, melhores investimentos públicos e vias de desenvolvimento mais resilientes.

ASSOCIAÇÃO AFRICANA DE CONTADORES GERAIS (AAAG)

Lote 488a, Lake Road | Kabulonga – Lusaka, Zâmbia | +260 958120115info@aaag.africa |

www.aaag.africa

Follow us on Social Media



www.AAAG.AFRICA

AFRICAN ASSOCIATION OF
ACCOUNTANTS GENERAL